

## ANEXO I

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57º do CCP)

1 - Fernando Rodrigues Major, titular do Bilhete de Identidade N.º 1599476, residente na Rua Francisco Sá Carneiro, lugar de Vale do Freixo, freguesia de Espite, concelho de Ourém, na qualidade de representante legal da Firma Major, Santos & Filhos, Lda., Contribuinte n.º 503538442, com sede em Vale do Freixo, freguesia de Espite, concelho de Ourém, distrito de Santarém, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de “Beneficiação e Conservação de Outros Edifícios do Ensino Básico (CE de Carnide) – Proc. n.º 47/2019”, e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a. Anexo II - Proposta;
- b. Lista de Preços Unitários;
- c. Programa de Trabalhos;
- d. Declaração – N.º 4 Artigo 60;
- e. Declaração - Prazo Execução;
- f. Declaração - Validade da Proposta;
- g. Memoria Justificativa e Descritiva;
- h. Nota Justificativa do Preço Proposto.

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Vale do Freixo, 14 de Agosto de 2019